

Principais pontos do documento

Os principais pontos abordados pelo estudo da Fundação Pedrosa Horta sobre "A reestruturação da dívida externa brasileira: as posições do PMDB e a atual fase de negociação" seguem abaixo:

• **Moratória** — A moratória decretada em 20 de fevereiro é o maior instrumento de negociação do Brasil no sentido de defender seus interesses. Ela representou a primeira iniciativa brasileira para orientar o processo de reestruturação da dívida com os bancos. Ao proteger as reservas, o Brasil reduziu muito a possibilidade de repessalias. Em termos estritamente financeiros, a moratória revela-se positiva, pois as perdas decorrentes da alta dos "spreads" e redução de prazo estão sendo compensadas pela economia na remessa de juros.

• **Pagamento de juros** — Não deve ser retomado, mesmo simbolicamente, qualquer pagamento de juros aos credores antes de concluído um acordo com os bancos que atenda aos requisitos mínimos definidos no documento aprovado na Convenção do Partido.

• **Clube de Paris** — A moratória deve ser ampliada. A postura assumida com as dívidas de médio e longo prazos junto aos bancos comerciais e com parte do principal devido ao Clube de Paris deve ser estendida também aos pagamentos dos juros devidos ao Clube de Paris e os pagamentos de principal decorrentes do reescalonamento de 1983/84 e dos empréstimos negociados a partir de 1983, pelo menos no tocante aos países que descumpriram o compromisso de reabrir o crédito ao Brasil.

• **Pagamento simbólico de juros** — Os argumentos utilizados pelos credores para forçar o pagamento simbólico dos juros não têm fundamento. Pouco significa para o Brasil neste momento um eventual rebaixamento na classificação dos créditos. Independente da classificação norte-americana, o Brasil está há vários anos fora do mercado internacional de crédito voluntário.

O argumento dos bancos de que um pagamento voluntário

criaria um clima de "boa vontade" é duvidoso. É difícil encontrar exemplo de que concessões feitas pelo Brasil, tradicionalmente, na mesa de negociação tenham melhorado a posição brasileira.

• **Conversão da dívida** — Do ponto de vista tático, convém ao Brasil não alterar a regulamentação da conversão antes que as negociações externas tenham adquirido contornos definidos. Isso não significa que o assunto deve ser discutido na mesa com os credores, pois tem implicações importantes no campo do tratamento do capital estrangeiro e do alto grau de controle e direcionamento da economia nacional. A regulamentação do processo de conversão não pode ser objeto de barganha com os credores nem de decisão exclusiva do Executivo.

• **Relacionamento com o FMI** — O PMDB já tem posição clara e definida em 19 de julho. Ponto essencial é a "não aceitação do monitoramento da política econômica pelo FMI, independentemente do grau de formalização de tais acordos". Não é apenas oposição a acordos formais mas também a resistência a acertos que comprometam a soberania na condução da política econômica nacional com prejuízo das metas de crescimento definidas.

• **Deficiências de um acordo convencional** — O Plano Macroeconômico divulgado em julho contém pontos principais de uma proposta de negociação que seria levada aos credores externos. A proposta não visa a uma reestruturação ampla e duradoura da dívida e não reduz o suficiente a transferência de recursos para o exterior.

A proposta do Plano Macroeconômico traz quatro deficiências básicas: limita aos anos de 1987 e 1988 o financiamento dos juros; não reduz transferência de recursos em volume suficiente, pois prevê o pagamento de cerca da metade dos juros devidos em 1988; o refinanciamento dos juros continuaria baseado em pacotes de "dinheiro novo"; e não se propõe à capitalização dos juros no que se refere ao Clube de Paris.

• **Incertezas** — Os credores têm interesse em concluir rapidamente um acordo com o Brasil, mas existem dúvidas quanto ao texto final da Constituição; quanto ao sucesso do Plano Bresser; e em relação ao saldo que o País atingirá até o final de 1987.

• **Reservas** — O País tem razões objetivas para não precipitar o processo de negociações imediatamente. Primeiro, porque o nível das reservas cambiais poderá elevar-se significativamente ao longo dos próximos meses, o que reforçaria a capacidade de negociação do País junto aos credores e reforça a idéia de que a "retomada prematura do pagamento de juros" não é conveniente.

• **Estratégia** — O PMDB julga indispensável ao País a elaboração de uma estratégia bem definida antes de renegociar com os credores, uma vez que considera as regras e procedimentos tradicionais empregados pelos bancos uma atitude unilateral, "destinada a colocar parte a negociadora brasileira em situação de inferioridade".

• **Apoio** — Antes de retomar o processo de negociações concretas, o governo brasileiro precisa mobilizar maior apoio, nos planos nacional e internacional, às suas posições.

• **A proposta de negociação** — O PMDB defende a redução da transferência de recursos para menos de 2,5% do PIB nos próximos cinco anos "que resulta da necessidade de garantir, simultaneamente, o aumento da capacidade de importar, o financiamento dos investimentos necessários à sustentação do crescimento e a recomposição do nível das reservas cambiais do País".

Eliminar o "spread" para o estoque da dívida de médio e longo prazo; a capitalização plurianual de uma parcela dos juros devidos nos próximos cinco anos; fixação de limites para as flutuações eventuais das taxas de juros internacionais; adotar outras cláusulas de salvaguarda para preservar o novo esquema de pagamento da dívida.